



A importância da educomunicação no contexto da BNCC

Joseane Maria Vieira da Silva
Universidade Franciscana – UFN, Brasil

Tais Steffenello Ghisleni
Universidade Franciscana – UFN, Brasil

Janaina Pereira Pretto Carlesso
Universidade Franciscana – UFN, Brasil

RESUMO

Atualmente, a mídia é um grande fator influenciável, negativa e positivamente na vida dos atores acadêmicos. Cabe à escola fazer o uso positivo desses recursos. Assim, esse artigo tem por objetivo justificar a inclusão de práticas da Educomunicação na política curricular para formação docente (Implementadores da BNCC). A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, caráter documental e bibliográfico. O período de coleta de dados foi de 2020 a 2022, quando se ressaltou urgência de formação continuada para professores no letramento digital, irrompida a Covid-19. Foram pesquisadas nos repositórios eletrônicos *SciELO*, *Google Acadêmico* e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD): teses, artigos científicos e revistas eletrônicas que salientam políticas públicas para capacitação dos implementadores da BNCC, trabalhadas por Análise de Conteúdo (Bardin, 2006). Resultando, obteve-se autores como Baccega (1999), Moran (2000), Melo (2016) e Soares (2011-2018) no reforço ao labor docente através de novas metodologias educacionais.

Palavras-chave: Implementação da BNCC; Formação Docente; Letramento Digital; Práticas da Educomunicação.

THE IMPORTANCE OF EDUCOMMUNICATION IN THE CONTEXT OF BNCC

ABSTRACT

Currently, the media is a great influencing factor, both negatively and positively in the lives of academic actors. It is up to the school to make positive use of these resources. Thus, this article aims to justify the inclusion of Educommunication practices in the curriculum policy for teacher training (BNCC Implementers). The research presents a qualitative approach, documentary and bibliographic character. The data collection period was from 2020 to 2022, when the urgency of continuing training for teachers in digital literacy was highlighted, as a result of Covid-19. The following were researched in the electronic repositories *SciELO*, *Google Scholar* and the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD): theses, scientific articles and electronic journals that highlight public policies for training BNCC implementers, worked on by Content Analysis (Bardin, 2006). As results, authors such as Baccega (1999), Moran (2000), Melo (2016) and Soares (2011-2018) were obtained in reinforcing the teaching work through new educative methodologies.

Keywords: Implementation of BNCC; Teacher Training; Digital Literacy; Educommunication Practices.

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCOMUNICACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA BNCC

RESUMEN

Actualmente, los medios de comunicación son un gran factor que influye, negativa y positivamente, en la vida de los actores académicos. Depende de la escuela hacer un uso positivo de estos recursos. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo justificar la inclusión de las prácticas de Educomunicación en la política curricular para la formación de profesores (Implementadores BNCC). La investigación presenta un enfoque cualitativo, de carácter documental y bibliográfico. El período de recolección de datos fue de 2020 a 2022, cuando se destacó la urgencia de la formación continua de los docentes en alfabetización digital, a raíz del Covid-19. Se investigaron en los repositorios electrónicos SciELO, Google Scholar y la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD): tesis, artículos científicos y revistas electrónicas que destaquen políticas públicas para la formación de implementadores de la BNCC, trabajados por Análisis de Contenido (Bardin, 2006). Como resultado se obtuvieron autores como Baccega (1999), Moran (2000), Melo (2016) y Soares (2011-2018) en reforzar la labor docente a través de nuevas metodologías educomunicativas.

Palabras clave: Implementación de la BNCC; Formación de Profesores; Alfabetización digital; Prácticas de Educomunicación.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por temática a importância da Educomunicação no contexto da Base Nacional Comum Curricular (2018). A proposta da inclusão da Educomunicação no contexto da BNCC é para que se discuta sobre práticas inovadoras que ainda não estão agregadas nas bases metodológicas do Ensino Básico e, também, nas políticas de formação docente, logo é preciso buscar fundamentação teórica para a eficiência dessas práticas que envolvem a Educação para as Mídias nas Políticas Educacionais.

Urge então, um aprofundamento nos estudos sobre as habilidades e competências de vetores educomunicativos nas práticas docentes do século XXI. A evolução tecnológica está impactando o cotidiano humano, em detrimento a essa, está o processo de formação docente defasado e o ambiente escolar tradicional que ainda impera no meio educacional.

A utilização dos recursos tecnológicos digitais de comunicação e informação na prática docente deveria se constituir como facilitador para a aquisição do conhecimento, por ser mais dinâmica e agregadora. Partindo desta premissa, é um desafio, hoje, para os educadores os impactos causados pelos avanços tecnológicos no campo da comunicação e da informação, já

que os estudantes não querem mais condicionar seu pensar, agir e sentir, criou-se uma antipatia com o meio social real, apegando-se ao virtual.

Mesmo diante desse cenário discursivo, o conceito de educomunicação que fundamenta o desenvolvimento das redes educacionais não é introduzido e nem desenvolvido, não participa na descrição documental da BNCC (2018), quiçá faz parte de políticas públicas para propósitos de alfabetização midiática, letramento tecnológico na formação docente. Soares (2018) justifica o embate,

O Ministério da Educação definiu em dois anos – a partir de dezembro de 2017 – o período de preparação para a implantação, em cada município do país, da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A necessidade imperiosa de dar início a uma reforma de tão grande alcance, em tão pouco tempo, deixou certa sensação de insegurança, preocupando muitos pesquisadores da área, gestores de redes municipais de ensino. Na verdade, os dois anos de consultas e debates e as três propostas produzidas não foram suficientes para mobilizar quem mais interessa: os professores de diferentes níveis e áreas da docência no ensino básico (Soares, 2018, p. 8).

A utilização consistente dos meios digitais de comunicação, bem como o pleno acesso à informação de qualidade deveria ser uma vertente na teoria da BNCC (2018) e nas práticas educacionais dos professores. Todavia, em consequência dessas ausências, pode-se perceber que a identificação de redes educacionais entre a atuação desses profissionais ainda é escassa em todo o país.

O investimento público em formação, expansão, divulgação de práticas metodológicas que envolvam a Educomunicação e o tipo de trabalho integrador desenvolvido por ela, podem ser considerados uma conquista decisiva para a concretização dos processos para se trabalhar as competências e habilidades da Base Nacional Curricular. Este artigo tem por objetivo justificar a inclusão de práticas da Educomunicação na política curricular para formação docente, os implementadores da BNCC.

2 REFLEXÕES SOBRE A LINHA DO TEMPO DA BNCC

A formação docente é um processo complexo que envolve diversos saberes e competências, e a Educomunicação é uma área do conhecimento que pode contribuir de forma significativa para a formação de professores, pois envolve a prática de produção e interpretação de mensagens, além de promover o diálogo e a reflexão crítica.

O resgate histórico é necessário para que se entenda esse documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A figura 1 destaca alguns elementos dessa trajetória.

Figura 1 – Destaques na linha do tempo da BNCC



Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

Os principais marcos da construção e implementação da BNCC originaram da Constituição de 1988 (Artigo 210 da Constituição) que prevê a criação de uma Base Nacional Comum Curricular para o ensino fundamental. Na sequência, em 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 26, determina a adoção de uma Base Nacional Comum Curricular para a educação básica. Em 25 de junho de 2014 a Lei Nº 13.005, regulamentou o Plano Nacional de Educação – PNE com vigência de 10 (dez) anos e dá outras providências com 20 metas pela melhoria na qualidade da Educação.

Em 2015, surgiu a primeira versão para consulta pública. O MEC instituiu (Portaria Nº 592), junto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. Em julho do mesmo ano, em Brasília, aconteceu o I Seminário Internacional sobre a BNCC, no qual, especialistas nacionais e internacionais compartilharam e debateram experiências de construções curriculares. Logo, em setembro, o MEC publica o texto da primeira versão da BNCC.

Em 03 de maio de 2016, após contribuições da consulta pública serem sistematizadas por uma equipe da Universidade de Brasília, que as encaminhou para o grupo de redatores do MEC, os quais finalmente, disponibilizaram a segunda versão da BNCC. Em agosto do mesmo ano, com as devidas adaptações começam a redigir a terceira versão.

No dia 22 de dezembro de 2017, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Lembrando que a BNCC aprovada se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, sendo que a Base do Ensino Médio foi objeto de elaboração e deliberação posteriores.

Em março de 2018, a BNCC da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Reformulações no Ensino Médio foram homologados. Os Estados mobilizam as Escolas e secretarias pela BNCC - Educação Infantil e Ensino Fundamental para início e término do processo de construção curricular e a mobilização do MEC continua com audiências sobre a

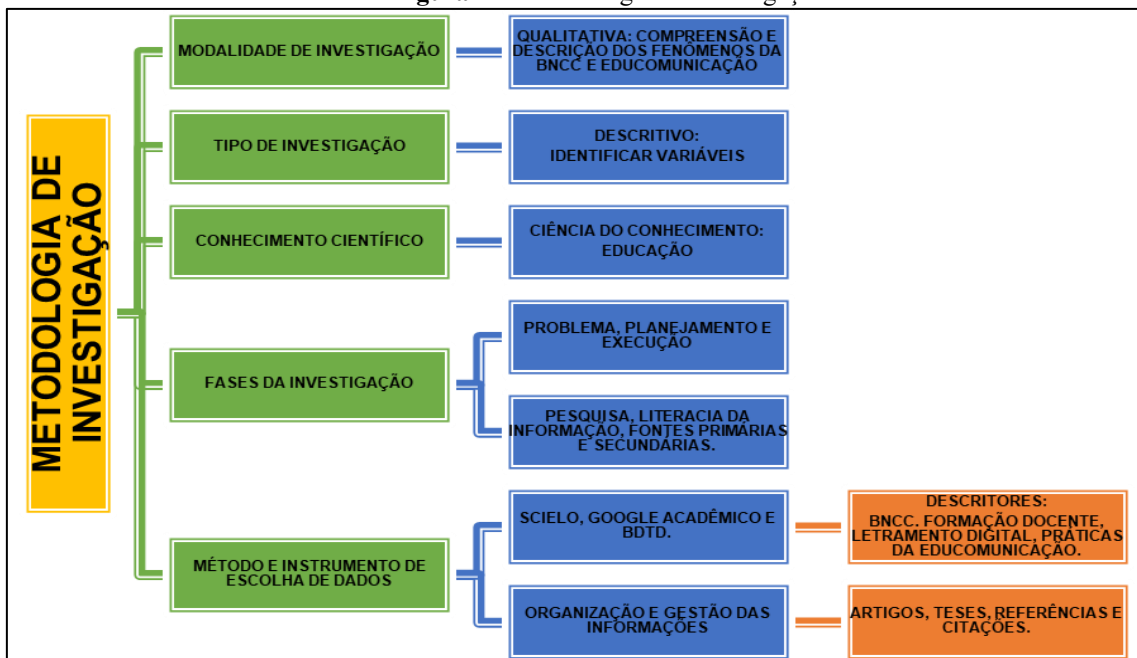
BNCC do Ensino Médio no CNE. Em dezembro, a BNCC, Ensino Médio, teve aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais pelo CNE, concluindo a Base Nacional para todo o Ensino Básico.

Conhecer a linha do tempo da BNCC é importante para compreender como a educação brasileira está evoluindo e quais são os objetivos para o futuro, já que ela é uma ferramenta muito importante para a Educação do Ensino Básico ao estabelecer os objetivos de aprendizagem para todos os alunos do país e fornecer uma estrutura sistemática para o ensino e a avaliação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa constitui-se em bibliográfica e documental de abordagem metodológica qualitativa. A coleta dos dados foi realizada no período de dois anos, iniciada no segundo semestre do ano de 2020. O documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) tornou-se elemento crítico à implementação da mesma, sendo necessário aliar vetores da Educomunicação para investigação desses dois fenômenos. A Figura 2 indica o processo metodológico desta investigação:

Figura 2 – Metodologia de Investigação



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Foram necessários para literacia das informações fontes primárias (BNCC) e secundárias para uso comparativo e objeto de análise como: obras, teses, dissertações, artigos e revistas eletrônicas. A busca de conteúdo foi realizada nas bases de dados eletrônicas da

Google acadêmico (GA), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e *Scielo*, sendo utilizados os seguintes descritores: BNCC; Formação Docente; Letramento Digital; Práticas da Educomunicação. Ver Quadro 1:

Quadro 1 – Especificidades dos descritores em Bases de dados

ESTUDOS GERAIS: BNCC	ESTUDOS ESPECÍFICOS: FORMAÇÃO DOCENTE	ESTUDOS GERAIS EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO: LETRAMENTO DIGITAL E PRÁTICAS DA EDUCOMUNICAÇÃO
GOOGLE ACADÊMICO: Aproximadamente 51200 resultados (0,03s)	GOOGLE ACADÊMICO: Aproximadamente 16100 resultados (0,03s)	GOOGLE ACADÊMICO: Aproximadamente 1510 resultados (0,06s)
BDTD: Busca por BASE NACIONAL CURRICULAR = 886 trabalhos Tempo de busca = 0,36s	BDTD: Busca por FORMAÇÃO DOCENTE = 16.028 trabalhos Tempo de busca = 0,27s	BDTD: Busca por LETRAMENTO DIGITAL E PRÁTICAS DA EDUCOMUNICAÇÃO = 2 trabalhos Tempo de busca = 0,25s
SCIELO = 100	SCIELO = 2.192	SCIELO: Ciências Humanas = 83
Aproximação de informações Cultura digital da BNCC é transversal às disciplinas	Aproximação de informações Necessita de habilidades relativas à integração da TDIC ao ensino e aprendizagem específica, não menciona a Educomunicação	Aproximação de informações Há mais indicações para o uso das TDICs, esta aparece como uma das dez grandes competências para o professor

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O processo de análise documental da BNCC (2018) e a busca por práticas educacionais nas bibliografias foi a grande dificuldade, utilizou-se de recursos tecnológicos em arquivos digitais. A metodologia da Educomunicação foi fonte de pesquisa externa ao Documento da Base, fez-se necessário uma investigação sobre a Agenda de reformas educacionais (MEC) a serem implementadas até 2030, além de utilizar autores que apoiam o avanço da educação por meio da Educomunicação.

O processo de análise de conteúdo, Bardin (2006), seguiu três etapas básicas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados, inferência e reinterpretação. Para discussão e análise dos dados apresentados, foram abordadas as seguintes categorias: BNCC (2018), Formação Docente e Vetores da Educomunicação (Letramento Digital e Práticas Educomunicativas). Referências coletivas são adotadas para que o objetivo estabelecido seja observado: pesquisar, delimitar e analisar práticas educacionais usuais no processo de implementação da Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018).

Para discussão e análise dos dados foi necessária a fundamentação teórica pautada na Cultura digital da BNCC (2018), em paralelo, às práticas necessárias à execução do referido documento, levando a questionar a teoria da Cultura Digital da Base Nacional e como ela pode ser abordada além das áreas de Linguagens, pois todas as áreas do documento do MEC precisam utilizar essa competência, ou seja, os implementadores precisam utilizar os recursos educacionais para vivenciar a cultura digital.

Por conseguinte, os resultados e discussões deste artigo, desenredam: Reflexões sobre a linha do tempo da BNCC; A Formação Docente versus as Agências de Socialização; Práticas Educomunicativas na atuação docente; Documento BNCC: Norteador dos currículos escolares e Aproximações da BNCC com a Educomunicação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 FORMAÇÃO DOCENTE X AGÊNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO

A introdução midiática/informacional na formação de educadores do ensino formal deve ser uma matriz de empoderamento para todos os atores sociais não somente para estudantes e professores. É fato que a mídia tecnológica é uma forma de propagar a ideologia daqueles que detém o poder, contudo, a escola pública, com docentes preparados, pode desmistificar as ideologias propagadas por esta constante, transformando as Tecnologias de Comunicação e Informação em meios educacionais parceiros da aprendizagem benéfica pessoal e profissional.

A bagagem cultural, vivência do mundo, significados pelas diversas formas de comunicação e socialização que os educandos, de hoje, enfrentam vão além da face presencial, a *on-line* e a influência das redes sociais oneram esforços dos bravos educadores.

Baccega (1999, p. 7) teoriza sobre as tradicionais agências da prática da socialização – escola e família – as quais, cada vez mais, vêm se confrontando, nos últimos tempos, com os meios de comunicação, que se constituem em outra agência de socialização.

É nessa disputa que se estabelece o campo da Educomunicação para a Formação Docente. Baccega (1999) propõe justificar o diálogo entre essas agências:

Essa consideração é relevante, visto que, tais Instituições Educacionais e familiares tentam protagonizar, entre elas, um embate permanente pela hegemonia na formação dos valores constitutivos do sujeito, buscando destacar-se na configuração dos sentidos sociais (Baccega, 1999, p. 7).

Essa autora traz um entrelaçamento entre essas três agências sociais – escola, família e os meios de comunicação – e seu embate pela hegemonia na formação dos valores e sujeitos. Ressalta que a complexidade de fundamentar práticas de formação de sujeitos conscientes

"exige o reconhecimento dos meios de comunicação como um outro lugar do saber, atuando juntamente com a escola" (Baccega, 1999, p. 7).

Os estudantes desde a infância têm informações em excesso e dificuldade em escolher quais são significativas para sua aprendizagem, esse seria o papel do docente/educador em orientá-los e conseguir integrá-los no ensino formal. Soares (2011) defende que a “Educomunicação é essencialmente práxis social, originando um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade”. Para esse autor cabe às Universidades, em suas pesquisas e práticas docentes, identificar e ampliar esse campo de atuação social.

Moran (2000, p. 10) já predizia:

Os processos de comunicação tendem a ser mais participativos. A relação professor-aluno mais aberta, interativa. Haverá uma integração profunda entre a sociedade e a escola, entre a aprendizagem e a vida. A aula não é um espaço determinado, mas tempo e espaço contínuos de aprendizagem.

O autor nos faz refletir sobre o “[...] ensinar e aprender exige hoje muito mais flexibilidade espaço temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação” Moran (2012, p. 1). Assim sendo, a elevação do padrão de qualidade de ensino com equidade na vida dos estudantes continua comprometida pela falta de preparação na vida docente diante dos meios e agências sociais.

Uma das dificuldades atuais no ensino formal é conciliar a extensão das informações com a variedade das fontes de acesso, que ultrapassam o psicológico do professor e o aprofundamento da sua compreensão, em uma gestão de políticas engessadas, com formações divididas em níveis educacionais. Mello (2000) chama atenção sobre a educação básica, professores especialistas e projeto educacional,

Na perspectiva de uma educação básica que deverá ser de pelo menos 11 anos e universalizada para todos, essa divisão precisa ser questionada, em busca de uma visão geral da formação do professor da educação básica. Além disso, do ponto de vista legal, é possível existirem professores especialistas desde o início do ensino fundamental, até mesmo na educação infantil. Da mesma forma, é possível existirem professores polivalentes nas séries terminais do ensino fundamental e até no ensino médio. Do ponto de vista pedagógico, essa é uma decisão que deve ser tomada de acordo com o projeto educacional dos sistemas de ensino ou das escolas (Mello, 2000, p. 100).

Enfatiza-se nesta análise de pesquisa documental e bibliográfica que se trata de inserir a formação docente no ecossistema educacional transdisciplinar (além da teoria), os quais têm, como norte, o mesmo objetivo que é o desenvolvimento de práticas por atores-protagonistas na sociedade em diferentes campos e níveis de produção individuais e coletivas das agências sociais (Escola – Família – Meios de Comunicação).

4.2 PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS NA ATUAÇÃO DOCENTE

A educomunicação é uma área em constante evolução, que acompanha as mudanças nas relações sociais e na forma como as pessoas se comunicam. Sendo assim, ela é uma área extremamente importante, principalmente nos dias de hoje, em que vivemos em uma sociedade cada vez mais complexa e conectada.

Atualmente, existem 7 grandes áreas na Educomunicação e cada uma dessas áreas tem seu foco específico, mas todas elas têm como objetivo principal contribuir para a formação de indivíduos críticos e autônomos, capazes de se expressar de forma criativa e ter um olhar crítico sobre o mundo que os cerca. São elas:

Educação para a comunicação/mídia: Estudos e projetos voltados à compreensão do fenômeno da Comunicação e do lugar dos meios na sociedade e seu impacto;

Expressão comunicativa através das artes: práticas que valorizam a autonomia comunicativa das crianças e jovens mediante a expressão artística – arte-educação;

Mediação tecnológica na educação: Uso das tecnologias para ampliar as formas de expressão; reflexão sobre as tecnologias educativas na comunidade;

Pedagogia da comunicação: Didática; perspectiva participativa e construtivista na formação de docentes através da metodologia de projetos;

Comunicação educativa: Produção midiática destinada a temas educativos. Presença da Educomunicação nas produções da indústria cultural e, mesmo, produções midiáticas comunitárias;

Gestão comunicativa: Articulação, planejamento e execução de ações, criação e avaliação de ecossistemas comunicacionais no espaço educativo;

Reflexão epistemológica: Pesquisa teórica e prática com foco na sistematização de experiências e no estudo do próprio fenômeno constituído pela inter-relação entre Educação e Comunicação (Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2015, p. 3).

O docente precisa refletir sobre cada uma dessas áreas dentro do seu contexto local e de sua práxis pedagógica, pois lhe são colocadas como novos desafios na formação das futuras gerações. Cada uma dessas sete (7) áreas contribuem na elaboração de seu plano de aula, mas a pesquisa, o estudo e a análise dessas, devem estar consistentes na formação do professor.

As sete (7) áreas da Educomunicação contribuem para que os estudantes adquiram atitudes críticas em relação ao conteúdo que estão produzindo e consumindo. Contudo, essas concepções da área de estudos da Educomunicação somente iriam se tornar uma prática de ações, caso o ambiente pedagógico escolar colaborasse. No entanto, mais do que falar nessas áreas, torna-se essencial incorporá-las ao currículo de ensino.

As novas linguagens e seu funcionamento permitem a incorporação de uma postura crítica, mas construtiva no estudante, esta passa a desvendar possibilidades de comunicação,

ademais, de fato, transcende a postura passiva para uma postura participativa e consciente de que a cultura digital da BNCC pode ser expandida com a metodologia da Educomunicação.

Por outro lado, a formação e atuação docente tem que ser o início para esses novos caminhos metodológicos da educomunicação, este tem que se capacitar a reinventar novos modelos de promoção da aprendizagem, da interação e do compartilhamento de significados entre teorias e práticas.

De forma geral, constatamos que a Educomunicação é um campo de estudos e pesquisas voltado para a compreensão do fenômeno da comunicação e tem lugar no processo que envolve a troca de informações na sociedade, bem como o seu impacto nas relações interpessoais e na formação de cidadão democráticos.

As práticas educacionais auxiliaram na metodologia de ensino de alguns professores desbravadores, diante da situação pandêmica mundial, tiveram que inovar o fazer pedagógico, onde as atividades educacionais eram de responsabilidade direta do ambiente escolar, formal e físico, estes tiveram que buscar ambientes não formais, virtuais e híbridos para manter eficiência e resiliência na aprendizagem de seus estudantes.

O Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina (2020) ratificou em seu Artigo “A Educação em Tempos de Pandemia: Soluções Emergenciais pelo Mundo” a capacidade dos docentes em experimentar e inovar para o sistema educacional não parar durante o pico pandêmico,

Esta paralisação compulsória trouxe, inevitavelmente, ao centro do debate educacional, o uso das tecnologias educacionais para realização de atividades escolares não presenciais. É importante frisar, logo nesse primeiro momento, que a disponibilização de ferramentas online para a realização de atividades não presenciais distancia-se do conceito de Educação a Distância (EAD). Contudo, diante da situação emergencial, Governos Estaduais e Municipais, prescindindo da estrutura necessária para a prática de EAD, depararam-se com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota, que, em geral, estão sendo mediadas pelo uso das tecnologias. Diante disso, foi demandada, por parte dos docentes, a capacidade de experimentar, inovar, sistematizar esse conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos, fazendo o melhor uso possível dessas ferramentas, cujo uso, para muitos, era até então desconhecido (Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina, 2020, p. 1).

Diante das evidências sobre a relevância de práticas educacionais na transformação das salas de aula, dos professores e demais membros de equipes pedagógicas escolares, os quais não se esquivaram em dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos (2020-2022), cabe ao Ministério da Educação do Brasil (MEC) considerar essas práticas como novos fundamentos para a implementação da BNCC por meio da Educomunicação. O Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina (2020) endossa as dificuldades pedagógicas,

No Brasil, na ausência de uma política nacional de enfrentamento por parte do Governo Federal, os Estados estão se organizando de forma diversa. São Paulo, maior Estado do país, optou pela oferta de educação não presencial, com suporte via canal televisivo TV Educação, em parceria com o Centro de Mídias Estadual. Neste sentido, foram preparadas aulas, oferecidas neste canal televisivo e virtual em horários alternados, com conteúdos curriculares oferecidos de acordo com a série e a etapa da educação básica. Em Santa Catarina, Estado que é foco deste observatório, a aposta se concentrou num processo emergencial voltado à formação de professores, com um cronograma que atribuiu maior enfoque à utilização de ferramentas que integram ao Google for Education, fornecendo, também, elementos didático-metodológicos (Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina, 2020, p. 2, grifo nosso).

Esse processo emergencial voltado para a formação dos professores com o enfoque na utilização de ferramentas tecnológicas, não foi submetido somente em períodos de pandemia de Covid-19. Existe mais de três décadas que, no I Congresso de Tecnologias na Educação, em 1984, foram analisados os aspectos significativos sobre o processo vivenciado por professores, durante a realização do curso de Informática Educativa, do Portal Aprendaki, na modalidade à distância, em especial, destacaram aspectos relacionados às interações e mediações que aconteceram no ambiente e como esses pressupostos influenciam na apropriação do conhecimento dos professores e dos estudantes, essas intervenções tecnológicas ainda são necessidades atuais dos professores do ensino básico no século XXI.

Apesar de toda a retórica em torno dos esforços para se prepararem professores mais reflexivos e analíticos sobre seus trabalhos, na verdade, a formação docente reflexiva fez muito pouco para fomentar um real desenvolvimento dos professores e elevar sua influência nas reformas educacionais (Zeichner, 1996, p. 541).

A Educomunicação propõe muito mais que reflexão, exige planejamento com reflexão, prática com resultados interativos, propõe uma intervenção a partir das políticas curriculares e da formação docente, uma Educação com e para a mídia, ou seja, o professor e os estudantes desenvolvem em sala de aula conteúdos educativos, com foco nas ações destinadas a criar/desenvolver ecossistemas comunicativos em espaços físicos ou virtuais mediados pelas linguagens e processos da comunicação, garantindo assim, aprendizagens, liberdade de expressão, gestão democrática das mídias em práticas de ecossistemas educacionais abertos e criativos.

De acordo com revistas eletrônicas reconhecidas no meio educacional, como a reportagem de Bibiano na Revista Nova Escola, o uso de recursos tecnológicos vem aumentando dentro e fora das salas de aula:

Embora sempre tenha valorizado o uso dos recursos digitais no ensino de Língua Estrangeira, a professora de Inglês Jaqueline Rodrigues dos Santos viu

a pandemia ressignificar o uso das tecnologias dentro da cultura da instituição onde atua. Docente na Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etesp), do Centro Paula Souza, na capital paulista, ela conta que as aulas online permitiram intensificar o uso de sites e recursos de apresentação virtual. Com isso, ajudou seus alunos a mobilizar as quatro habilidades linguísticas – *speaking, listening, reading and writing* – de modo orgânico e coerente (Bibiano, 2022 p. 1).

A aprendizagem com vetores educacionais, principalmente, em tempos de pandemia, permitiu utilizar os mais comuns recursos tecnológicos do cotidiano do estudante como: os smartphones, tablets, sistemas de áudio (rádios) e vídeo (TV – canais educativos), recursos que possuem a possibilidade de serem utilizados dentro e fora da sala de aula.

Urge essa revolução na metodologia educacional e curricular que se dá perante aspectos legais. Brito Filho (2014) retoma à Constituição Federal que ampara o professor para deliberação do compromisso do poder público em propiciar investimentos tecnológicos compatíveis com as exigências globais:

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) nos seus aspectos constitutivos, deliberaram o compromisso do poder público em propiciar investimentos tecnológicos para o desenvolvimento de atitudes de gestão compatíveis com as exigências globais, conferindo aos sujeitos a responsabilidade de ultrapassar os dogmas burocráticos e funcionalistas que tornaram o espaço escolar impermeável e rígido às mudanças (Brito Filho, 2014, p. 2).

Zeichner (1996) afirma que se criou uma ilusão do desenvolvimento docente que manteve, de maneiras mais sutis, a posição de subserviência do professor, passados mais de duas décadas, a subserviência continua a Documentos editados por meios internacionais. O autor detalha: "A intenção emancipadora" que tanto se expressa, no meio educacional, pelos formadores de educadores, significa um pequeno alento para que os docentes se encorajem na luta pela revolução tecnológica no ambiente de trabalho,

Bem próxima a essa persistência da racionalidade técnica sob o slogan do ensino reflexivo, encontra-se a limitação do processo reflexivo em considerar as estratégias e habilidades de ensino (os meios para se ensinar) e a exclusão, da alçada dos professores, da reflexão sobre os fins da educação, bem como os aspectos moral e ético do ensino. Aos professores, permite-se apenas que ajustem os meios para se atingir objetivos definidos por outras pessoas. O ensino torna-se meramente uma atividade técnica (Zeichner, 1996, p. 8).

Acentua-se aqui que, um dos meios mais comuns de pesquisa para os educadores é a internet, porém, tendo como principal objetivo reproduzir um conteúdo ou método de ensino que a pesquisa, supostamente, o incentivou para elevar os resultados dos estudantes nos testes

padronizados, logo fica para reflexão: Como está a formação continuada dos docentes? Quais recursos se têm no planejamento semestral para melhorar sua práxis?

As reflexões sobre as futuras práticas de formação docente são imprescindíveis, é o primeiro passo para que se concretizem novas versões dos cursos e currículos para formação docente (4.0), com apropriações de práticas educacionais. A formação docente sempre em atualização significará um real desenvolvimento no Ensino Básico.

4.3 DOCUMENTO BNCC: NORTEADOR DOS CURRÍCULOS ESCOLARES

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece as diretrizes curriculares para a educação básica no Brasil e vem sendo discutida e implementada pelas escolas de todo o país. É um documento importante porque estabelece o que os alunos devem aprender em cada etapa da educação básica.

O currículo já existe há mais de um século e que, mesmo parecendo algo novo, já existia à proposição curricular, antes do termo ser definido. Sendo novo, apenas em termos de campo de estudo. O currículo é um vetor educacional que deve estar sempre em construção, influenciado pelo contexto-social que se retoma as concepções de necessidades que a linha do tempo nos mostra progressivamente.

A herança deixada pelo modelo da educação jesuítica, de modo que os mesmos eram tidos como detentores da educação, ainda hoje, influencia o debate sobre estudos sobre o currículo, o qual teve início nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, o impacto é forte, porém histórico, onde o conhecimento era entendido como dogma (certo/errado) e a educação disciplinadora, mesmo restrita ao âmbito familiar, estando revestida de caráter mais autoritário e doutrinador.

Na época não se falava em currículo, mas no que era selecionado como importante para ser ensinado, havia uma concepção de conhecimento vigente na sociedade que exercia influência. O dogma enquanto verdade absoluta influenciou a seleção dos conteúdos, considerados importantes para serem aprendidos. Nessa perspectiva, conclui-se que continuamos nessa influência histórica, o currículo como manual de instruções disciplinador. Segundo Moreira (1990, p. 71):

[...] a história do currículo no Brasil é resultado da transferência das teorias curriculares americanas. Embora muitas reformas tenham centrado sua atenção em como o currículo deveria ser organizado e implementado para responder a cada momento específico de nossa história, tradicionalmente o currículo era desenvolvido em áreas específicas determinadas como disciplinas. Os professores assumiam uma participação passiva, como implementadores daquilo que havia sido previamente determinado por especialistas. Os conteúdos e as metodologias empregadas no ensino

representavam uma visão unilateral que atendia aos interesses da classe dominante.

Discute-se aqui a importância da participação dos professores na implementação de mudanças no campo educacional, política curricular e formação docente. A educomunicação promove esse movimento global, onde se busca maior qualificação com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, até mesmo, porque são os professores que executam o currículo, a BNCC, o planejamento pedagógico e, os mesmos podem fazer grande diferença, conforme a postura que assumem no exercício de sua função. O educador Freire (1997) sempre questionou:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária 'intimidade' entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? Há ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos (Freire, 1996, p. 34).

Nas regiões onde as redes educacionais estiverem presentes como multiplicadoras de uma nova postura crítica e criativa diante dos *Media Education* (Educação para a mídia, 1980 – espaço de educação social), constituir-se-á uma das metas da UNESCO:

A EDS para 2030 garante a continuidade dos objetivos do Programa de Ação Global (PAG) que tinha como objetivo reorientar e reforçar a educação e a aprendizagem para contribuir para todas as atividades que promovem o desenvolvimento sustentável, com maior foco na contribuição da educação para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). A EDS para 2030 contribui diretamente para o ODS 4 sobre educação de qualidade e inclusiva, em particular a meta 4.7 do Objetivo 4, bem como todos os outros ODSs, para proporcionar uma educação relevante que coloque a responsabilidade pelo futuro no seu centro [...] Indicador Global 4.7.1: Grau em que a educação para a cidadania global e educação para o desenvolvimento sustentável são integradas (a) nas políticas educacionais nacionais; (b) currículos; (c) formação de professores; e (d) avaliação dos estudantes (Unesco, 2020, p. 5).

O acesso à pesquisa por meio das Mídias Informacionais (*Media education*) têm norteado, na atualidade, as investigações científicas em todas as áreas do conhecimento e, assim também, as práticas no campo da Educomunicação e da Média-educação, na América Latina e no Brasil.

Ensinar com as novas mídias será uma revolução, se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz

de modernidade, sem mexer no essencial. A Internet é um novo mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode ajudar-nos a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender (Moran, 2000, p. 71).

A naturalidade com que tal fato é utilizado nesta sociedade que não vive sem as redes cibernéticas, nesse sentido, é premente o desdobramento realizado no decorrer deste artigo sobre estudos da Educomunicação na atuação docente para implementação da Base Nacional Comum Curricular (2018), que se dá em relação à ausência da teoria conceitual de redes educacionais dentro do documento para a práxis docente e para realidade discente deste continental Brasil.

4.4 APROXIMAÇÕES DA BNCC COM A EDUCOMUNICAÇÃO

Embora a teoria conceitual não seja mencionada de forma direta na BNCC, é possível identificar algumas práticas. As práticas educacionais são importantes porque ajudam os alunos a desenvolver habilidades comunicativas e sociais, e vale ressaltar que essas práticas ajudam os alunos a serem mais criativos e inovadores.

A inclusão de práticas educacionais na BNCC é importante porque ajuda os alunos a serem mais bem preparados para o mundo real, e também pode colaborar para que as escolas sejam mais inclusivas e acolhedoras.

Vale destacar que a BNCC prevê que a educação midiática (Educamídia) é política pública no Brasil, e dá grande ênfase às habilidades da cultura digital e de comunicação nas competências gerais. O campo jornalístico-midiático, por exemplo, é um dos 4 campos de atuação na Língua Portuguesa, no qual as mídias são objeto de estudo. Mas as habilidades midiáticas também são acionadas em todas as áreas do conhecimento, cada vez que a gente observa práticas de pesquisa, análise de textos diversos e criação de mídias para documentar o aprendizado.

A Cecílio em uma reportagem da Revista Nova Escola, reforça o conceito de Educação Midiática:

A Educação Midiática é o conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos, dos impressos aos digitais. Embora essa área do conhecimento tenha ganhado mais relevância nos últimos dez anos, o estudo sobre o impacto das mensagens de mídia já era discutido nos anos 1960. Com a evolução dos meios de comunicação, passando dos jornais para rádio, televisão até chegar à internet, foi preciso entender as peculiaridades de cada mídia. O avanço das redes de conexão Wi-Fi associado ao crescimento das redes sociais e do mercado de smartphones (celulares com conexão) tornou possível que as pessoas fossem impactadas com uma frequência muito maior por diferentes mídias. Isso faz com que um tema que era discutido nos cursos

de Jornalismo e Comunicação seja material imprescindível agora para a Educação Básica (Cecílio, 2019, p. 1).

A educação midiática é uma área do conhecimento que se dedica a estudar as relações entre educação e mídia. E a educomunicação está inserida neste contexto, já que se preocupa com o uso da comunicação como estratégia para promover a educação. Na verdade, as práticas da educação midiáticas são transversais na BNCC pois é possível encontrar habilidades que dialogam com a educação midiática ao longo do documento.

A educação midiática e a educomunicação têm o potencial de contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres, além de promover o acesso à educação de qualidade para todos. Podemos inferir que a educação midiática está se construindo sobre as bases da Educomunicação, que explora as possibilidades de intervenção da comunicação na educação como forma de expressão de grupos sub representados, como forma de dar voz a grupos marginalizados e prioriza o exercício da auto expressão.

Recentemente, a BNCC tem sido criticada por não dar espaço de forma mais direta para a educomunicação, já que essa é uma área de conhecimento que tem como objetivo integrar educação e comunicação de maneira que os alunos possam aprender a produzir e interpretar mensagens de forma crítica. Soares (2018) argumenta e reforça o contexto,

Para os mídia-educadores, por exemplo, a primazia é representada pelos elementos da BNCC que dizem respeito expressamente à presença das tecnologias da informação e dos meios de comunicação na sociedade e nas práticas educativas. Já no caso dos educadores – para além da recepção crítica da mídia – interessa especialmente a própria gestão dos processos comunicativos, em propostas de autogestão no emprego das tecnologias a serviço da construção do aprendizado sobre práticas cidadãs (Soares, 2018, p. 22).

A educomunicação é uma ferramenta extremamente importante para o processo de ensino-aprendizagem, pois ela permite que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado. Além disso, ela contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

As práticas educacionais socorreram o Ensino Público Brasileiro, inovando o fazer pedagógico, onde as atividades educacionais eram de responsabilidade direta do ambiente escolar, formal e físico, o qual teve que buscar ambientes não formais, virtuais e híbridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas da Educomunicação podem ajudar os futuros professores a se tornarem mediadores eficientes de informação e conhecimento, capazes de construir pontes entre o mundo acadêmico e a realidade social. Além disso, a Educomunicação também pode contribuir

para a formação de professores mais críticos e conscientes de sua função social, o que é fundamental para o exercício de uma educação transformadora.

A presente pesquisa teve por objetivo justificar a inclusão de práticas da Educomunicação na política curricular para formação docente (Implementadores da BNCC), deste modo, procurou identificar estudos da educomunicação na atuação docente para implementação da Base Nacional Comum Curricular (2018). Todavia, o documento da BNCC para o Ensino Básico opta pela ausência de perspectiva e profundidade em práticas educacionais, a supor que a participação dessas práticas ampliaria as capacidades de comunicação, expressão e o conhecimento dos estudantes sobre os diversos meios de ensino-aprendizagem.

A ausência destas contempla, ainda, nos professores do Ensino Básico práticas tradicionais de ensino sem a reflexão que a Educomunicação permite à aprendizagem e à expressão, que avalia e questiona o vivido e negocia possíveis entendimentos comuns para a vida em sociedade.

Em relação às dimensões da pesquisa – A Educomunicação na atuação docente para implementação da BNCC – caracterizou-se em uma precisão de uma pluralidade de experiências do aprender a aprender, tanto do estudante quanto do professor, entretanto, considera-se uma enorme falha documental (BNCC) a falta da relação de uma atmosfera de ânimo em torno do conceito e vetores da Educomunicação como um suposto facilitador da aprendizagem.

Compete ainda à União promover e coordenar ações e políticas públicas em âmbito Federal, Estadual e Municipal, referentes à formação dos professores, à avaliação, à reelaboração de materiais pedagógicos e aos critérios da oferta e da procura de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da qualidade no Ensino tanto presencial, quanto híbrido ou *on-line*.

A Educomunicação deve ser, assim como a BNCC, uma política pública nacional paralela, pois a implementação da BNCC requer a Educomunicação, exigir-se-á ainda mais, o monitoramento pelo MEC em colaboração com os organismos nacionais da área – CNE, Consed e Undime – não somente acompanhamento teórico, mas acima de tudo, do que se pratica no âmbito educacional.

Em um país com a dimensão e as desigualdades sociais do Brasil, a permanência e a sustentabilidade de um projeto como a BNCC dependem da criação e do fortalecimento dessas instâncias governamentais e técnico-pedagógicas nas redes de ensino, priorizando aqueles estados com menores recursos, tanto técnicos quanto financeiros. Essa função deverá ser

exercida pelo MEC, em parceria com o Consed e a Undime, respeitando a autonomia dos entes federados.

Conclui-se que, infelizmente, a política educacional da BNCC (2018) não reconhece a importância de práticas da Educomunicação, isso prejudica não só os alunos, mas também a sociedade como um todo. Nas próximas versões do documento, esperamos que a BNCC dê mais espaço para o ecossistema educacional, pois, somente assim os alunos terão de forma direta a oportunidade de aprender a lidar com as mensagens que circulam na sociedade e se tornarão cidadãos ativos e conscientes.

REFERÊNCIAS

- BACCEGA, M. A. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 19, 30 dez. 2009.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BIBIANO, B. Educador nota 10: conheça quatro dos projetos vencedores. São Paulo: Nova Escola, 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21260/experiencias-do-ensino-remoto-ajudam-a-recompor-aprendizagens-e-manter-o-legado-de-acolhimento-na-retomada-presencial>. Acesso em: 07 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRITO FILHO, M. C. Gestão escolar e tecnologias: a realidade de escolas públicas na cidade de Maceió/AL. *Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas*, Maceió, v. 4, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifal.edu.br/educte/article/download/87/100>. Acesso em 09 jun. 2021.
- CECÍLIO, C. *Educação midiática e BNCC: saiba como aplicar com a sua turma*. São Paulo: Nova Escola, 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18420/como-trabalhar-educacao-midiatica-em-sala-de-aula>. Acesso em: 07 jun. 2022.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.
- MELLO, G. N. de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 98-110, mar. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/d6PXJjNM3qJBMxQBQcVknq/>. Acesso em: jun. 2021.
- MORAN, J. M. Ensinar e aprender exige hoje muito mais flexibilidade espaço temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 26. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 11-47.

MORAN, J. M. Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias. *Interações*, São Paulo, v. V, n. 9, p. 57, jan.– jun., 2000.

MOREIRA, A. F. B. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1990.

OBSERVATÓRIO DO ENSINO MÉDIO DE SANTA CATARINA. *A educação em tempos de pandemia: Soluções Emergenciais pelo Mundo*. Florianópolis: OEMESC, 2020. Disponível em: <https://www.udesc.br/ensinomedioemsc>. Acesso em: 19 out. 2021.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Educomunicação e TIC nas escolas para professores*. Porto Alegre: SERS, 2015. Disponível em: <https://moodle.educacao.rs.gov.br/mod/book/view.php?id=7294>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SOARES, I de O. A educomunicação na segunda versão da BNCC: Caminhos para uma Alfabetização Midiática e Informacional integrada ao currículo. In: SOARES, I de O.; VIANA, C.; XAVIER, J. B. (org.) *Educomunicação e alfabetização midiática: conceitos, práticas e interlocuções*. São Paulo: ABPEducom, 2016. p. 35-49. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SOARES, I de O. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 7-24, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>. Acesso em: jun. 2022.

SOARES, I de O. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.

UNESCO. *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores*. Brasília: UNESCO, 2013, Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

UNESCO. *Educational content up close: examining the learning dimensions of Education for Sustainable Development and Global Citizenship Education*. Paris: UNIESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372327>. Acesso em: jun. 2022.

ZEICHNER, K. Teachers as reflective practitioners and the democratization of school reform. In: ZEICHNER, K.; MELNICK, S.; GOMEZ, M.L. (ed.). *Currents of reform in pre-service teacher education*. New York: Teachers College Press, 1996.

SOBRE AS AUTORAS

Joseane Maria Vieira da Silva é graduada em Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas, mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens pela Universidade Franciscana - UFN.

Email: joseanemariavieira99@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/000-00021386-5180>

Tais Steffenello Ghisleni é professora na Universidade Franciscana de Santa Maria, RS, doutora em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Especialista em

SILVA, J. M. V. da; GHISLENI, T. S.; CARLESSO, J. P. P.

Comunicação, Movimento e Mídia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Bacharel em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI.

Email: taisghisleni@yahoo.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5405-9492>

Janaina Pereira Pretto Carlesso é doutora em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, professora no curso de graduação em Psicologia e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana - UFN.

Email: janapcarlesso@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8488-1906>

*Recebido em 19 de abril de 2023
Aprovado em 05 de dezembro de 2023
Publicado em 19 de abril de 2024*